

Infraestrutura. Problema começa no aeroporto, passa pelas BRs 101 e 262 e chega à Baía de Vitória

Os desafios que o Estado terá que enfrentar no governo Dilma

Capixabas apostam em uma sintonia entre os governos estadual e federal para dar vazão às obras

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

■ A campanha eleitoral acabou e agora é hora de arregalar as mangas e começar a trabalhar. No que depender do Espírito Santo, o que não vai faltar é “pepino” para Dilma Rousseff resolver. Os problemas começam nas obras inacabadas do Aeroporto de Vitória, legado do governo Lula, passam pela BR 101, BR 262, dragagem da Baía de Vitória e chegam aos royalties do petróleo. Todos eles imediatos e, a maioria, de solução, no mínimo, espinhosa.

As obras do porto e do aeroporto, por exemplo, estão paradas e com as contas encastradas no Tribunal de Contas da União (TCU). Nos dois casos, há suspeita de superfaturamento. No porto, o TCU encontrou indícios de sobrepreço de R\$ 26,3 milhões na licitação realizada no início deste ano pela Secretaria de Portos, cujo valor era de quase R\$ 100 milhões. No aeroporto, as obras estão paradas desde julho de 2008. Devido às suspeitas de irregularidades, o contrato com o consórcio responsável pelas obras foi rescindido e, por orientação do TCU, um instituto externo realiza uma perícia.

A duplicação das BRs 101 e 262, parece ser de solução mais simples. No caso da 101, já há

Gargalos capixabas que a Dilma vai ter que resolver



É a marca, negativa, do governo Lula no Espírito Santo. Segundo prometeu o próprio presidente numa de suas várias visitas ao Estado, a obra de reforma e ampliação era para ter sido concluída em 2006, mas infelizmente não foi o que aconteceu.

As obras começaram em 2004, andaram bem lentamente, até que em julho de 2008, por conta de denúncias de superfaturamento, pararam definitivamente. Nesses quatro anos de obras (entre 2004 e 2008), pouco mais de 30% do cronograma foi cumprido. O problema é que a demanda não para de crescer. O terminal, que tem capacidade instalada para 560 mil passageiros, registrou no ano passado a movimentação de 2,342 milhões de pessoas, número quatro vezes superior à sua capacidade.

Dos desafios, esse é o que parece melhor encaminhado. A expectativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é que a licitação seja realizada ainda neste ano.

No início de 2011 está prevista a assinatura do contrato com a empresa ou grupo vencedor da concorrência pública. Quem ganhar a licitação terá de investir R\$ 3,988 bilhões no período do contrato, que é de 25 anos. O pedágio deve começar a ser cobrado no segundo semestre de 2012. A concessão terá 475,9 km de extensão, dos quais 458,4 estão inseridos no Espírito Santo. Nos primeiros cinco anos da concessão, 50% da rodovia estará duplicada. Até o décimo ano da concessão, cerca de 90% da 101 estará duplicada.

A duplicação da via, da Grande Vitória até a divisa com Minas, foi incluída no PAC 2. O custo total da obra está estimado em R\$ 840 milhões.

O Ministério dos Transportes já garantiu a realização, só não deu uma data para o início das obras. Tudo depende das licenças ambientais. A duplicação será feita em duas etapas. Primeiro, será duplicado o trecho de 51 km, entre Viana, na Grande Vitória, e Victor Hugo, em Marechal Floriano, serão dois anos e meio de trabalho. Depois, será feita a parte entre Victor Hugo e a divisa com Minas Gerais. A 262, porta de entrada do Estado para quem vem de Minas e Centro-Oeste, está entre as de maior número de acidentes no Estado.

A dragagem do canal da Baía de Vitória, gargalo de muitos anos, ainda não saiu do papel porque foi suspensa cautelarmente pelo Tribunal de Contas da União por haver indícios de sobrepreço de R\$ 26,3 milhões na licitação realizada no início deste ano pela Secretaria de Portos, cujo valor era de quase R\$ 100 milhões.

Com a obra, reivindicada pelo segmento de comércio exterior, o canal de acesso e os berços do Porto de Vitória passariam a ter 14 metros de profundidade, permitindo a movimentação de navios de maior porte. Hoje, por conta da profundidade no porto – menos de 11 metros – várias embarcações deixam de operar no terminal. Discutir superporto, obra para daqui sete, oito anos, sem resolver o problema do canal atual é rasgar dinheiro.

O projeto que muda o modelo de exploração de petróleo do pré-sal de concessão para partilha e cria o fundo social para aplicar os recursos deve voltar à pauta nacional de discussões com força total no ano que vem.

A proposta foi apontada como uma das prioridades pela presidente eleita Dilma Rousseff. No Senado, uma emenda de Pedro Simon (PMDB-RS) incluiu no projeto a redistribuição entre todos os Estados e municípios, de acordo com critérios dos fundos de participação, dos royalties e participações especiais de toda a exploração do petróleo no mar, inclusive fora da camada pré-sal. A emenda prevê ainda que a União compense Estados produtores como Rio de Janeiro e Espírito Santo, que perderiam recursos. Dilma, durante a campanha, prometeu não prejudicar capixabas e fluminenses.

uma série de definições sobre o cronograma. A expectativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é de que a licitação seja realizada ainda neste ano. No início de 2011 está prevista a assinatura do contrato com a empresa ou grupo vencedor da concorrência pública. Nos primeiros cinco anos da concessão, 50% da rodovia estará duplicada. Até o décimo ano da concessão, cerca de 90% da 101 estará duplicada. O pedágio começa ser cobrado no segundo semestre de 2012.

A BR 262 tem problemas um pouco mais complicados pela frente. Além de ficar em uma região geograficamente complicada, há ainda questões ambientais. É uma obra que deve demorar. O lado bom da história é que o governo federal já garantiu que a duplicação irá da Grande Vitória até a divisa com Minas Gerais. No projeto original, a ampliação ficaria por Victor Hugo, em Marechal Floriano.

AFINADOS

Os capixabas apostam no afinamento entre o governador eleito, Renato Casagrande, e o PT, para que a boa vontade do governo federal com Espírito Santo aumente pelo menos um pouco. “O governador eleito, Renato Casagrande, além de ser muito próximo do PT politicamente, foi um dos parlamentares que mais estava inserido nesses debates. Creio que estamos mais perto de uma solução para esses imbróglios”, diz, esperançoso, Luiz Wagner Chieppe, vice-presidente da ONG Espírito Santo em Ação.

Casagrande, em entrevista concedida ontem ao programa CBN Cotidiano, também se mostrou confiante na solução dos entraves que não deixam as obras andarem. “Essa relação (com o governo federal) tende a melhorar. Sempre trabalhei para que os investimentos saíssem. Tenho acompanhado isso diariamente e estamos chegando a um destravamento, a uma solução. São problemas que vivenciamos por erro da administração pública, vide as denúncias de superfaturamento. Estamos trabalhando por uma solução”.

Casagrande quer discutir royalties

Governador eleito quer uma solução e não descarta levar o assunto para nova presidente resolver

■ O governador eleito do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), afirmou que pretende incluir quatro assuntos na agenda de discussão com o governo federal no governo de Dilma Rousseff (PT): partilha dos royalties de petróleo, obras de infraestrutura, a implantação do sistema nacional de segurança pública e atuação direta na saúde. Ele disse que esses são assuntos chaves para o Estado, no entanto não descartou a possibilidade de resolver pelo menos a discussão sobre a partilha dos royalties ainda no governo Lula.

“A solução sobre os royalties de petróleo ainda está pendente. Espero que o presidente Lula resolva até o final do ano, porém se isso não acontecer é um assunto para a agenda do próximo ano. Dilma já acompanha este assunto a mais tempo e tenho certeza que vai nos ajudar na coordenação do entendimento”, comentou.

Em relação às obras de infraestrutura, Casagrande disse que o Espírito Santo tem muitas necessidades e que vai buscar os recursos necessários dentro das responsabilidades do governo federal. Ele listou como obras prioritárias como a ampliação do aeroporto de Vitória, as reformas das rodovias BR 101 e BR 262 e a modernização e dragagem do Porto de Vitória.

De uma maneira mais ampla, Casagrande disse ainda que quer entrar em discussões nacionais como um programa mais intenso de implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública e uma atuação mais direta da União na saúde.

O governador do Rio de Ja-



PRÉ E PÓS SAL. Questão da partilha do dinheiro do petróleo é assunto chave para o Estado

neiro, Sérgio Cabral, do PMDB, disse estar convicto de que a presidente eleita Dilma Rousseff, do PT, irá manter o acordo sobre a divisão de lucros com os poços de petróleo do pré-sal, firmado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Vamos ter de ter uma solução específica para recompor o acordo. Não é apenas vetar. Se vetar, voltamos ao percentual atual e o percentual com a partilha não é bom para o Rio de Janeiro. Já está acordada (a solução). O presidente declarou desde o início ‘nós vamos cumprir o acordo’. A Dilma declarou ‘nós vamos cumprir o acordo’, não tem problema nenhum. Acabou o período eleitoral, agora é hora de olhar o

Brasil”, disse o governador.

“A partilha é um assunto superado. Já entendíamos que viria. A nossa luta é a perda da participação especial que nós teremos com a aprovação da partilha. Lutamos para que o percentual do Rio de Janeiro saísse do atual para um maior, em royalties, para compensar a participação especial”, disse Cabral, reafirmando que o acordo será cumprido e deixando claro sua expectativa de que o veto se dará ainda este ano. “Nós não vamos pedir nada, esse acordo já está feito. Não crie um factóide após as eleições. O presidente Lula vai vetar”.

SÓ EM 2011

O líder do governo na Câmara,

deputado Cândido Vaccarezza (SP), disse que as prioridades até o fim do ano no Congresso serão os projetos de regulamentação do pré-sal, o orçamento e as medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta da Casa. Ele admitiu, no entanto, que o tempo será curto para votação dessas matérias. Segundo o líder, o pré-sal pode ficar para o próximo ano.

“Esses projetos são prioritários, mas não podemos ter um desejo para além da realidade. Temos 11 dias de votação”. O líder argumentou que, na prática, a Câmara terá apenas 11 dias de votação até o final do ano caso o orçamento seja votado na data legalmente prevista, no dia 22 de dezembro.

Análise

ESTRUTURA TEM DE SER “PRIORIDADE ZERO”

LUIZ WAGNER CHIEPPE
Vice-presidente do ES em Ação

■ Aeroporto, porto e a duplicação das BRs 101 e 262 são ‘prioridade zero’ para o Espírito Santo. Um desenvolvimento econômico com sustentabilidade passa pela eliminação desses quatro grandes gargalos. O governador eleito, Renato Casagrande, além de ser muito próximo ao PT politicamente, foi um dos parlamentares que mais estava inserido nesses debates. Ele está por dentro dos problemas, isso é muito importante. Creio que estamos mais perto de uma solução para esses imbróglios. No quesito rodovias, a 262 é a que mais preocupa. Além do traçado complicado, existe ainda a questão ambiental. Deve ser uma obra demorada. Com relação aos portos, a prioridade deve ser sanar antigos problemas: dragagem e retroárea. Teríamos mais alguns anos de vida útil. Porto de águas profundas é projeto para daqui sete, oito anos. Até lá, precisamos de terminais em boas condições. No que diz respeito aos royalties, não podemos esquecer que ele gera riquezas, mas que deixa o passivo social, que só poderá ser combatido com boas políticas públicas e alocação de recursos. É preciso brigar para não perdermos esses recursos. A ampliação do aeroporto, como todos nós já estamos cansados de saber, é uma obra essencial para o desenvolvimento do Estado. É de extrema urgência.